

## PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Leandra Lima



Processo de 2025 continua tramitando na 4ª Vara Cível

## Justiça revoga aumento da tarifa de ônibus de 2024

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) revogou uma decisão liminar concedida em dezembro de 2024, que autorizava o aumento da tarifa de ônibus em Petrópolis de R\$ 5,30 para R\$ 5,65. A decisão, proferida pela Segunda Câmara de Direito Público, acolheu o recurso do Município e apontou falta de provas

técnicas suficientes para justificar o reajuste. Segundo o acórdão, conceder o aumento sem ampla produção de provas poderia gerar prejuízos à população. A ação que motivou a liminar é referente ao ano passado e difere do novo processo em andamento em 2025 na 4ª Vara Cível da cidade, que ainda está tramitando na justiça.

## Desequilíbrio financeiro

O pedido havia sido feito pelo Setranspetro, que alegava desequilíbrio financeiro causado pelo aumento de despesas operacionais. No entanto, o TJ entendeu que os dados apresentados não demonstravam, de forma conclusiva, a necessidade do reajuste

imediatamente. O Município argumentou que a liminar violava a lei e a autonomia do Executivo. Com a decisão, o reajuste de 2024 perde efeito, e a definição de nova tarifa dependerá do trâmite completo da nova ação que corre este ano na 4ª Vara Cível de Petrópolis.

TV Câmara



Projeto prevê 50% da arrecadação para o Inpas

## Câmara aprova PL que altera a Loterial Municipal

Há poucos dias de sua criação, a Loterial Municipal de Petrópolis já pode sofrer alterações. A Câmara aprovou em regime de urgência especial, o Projeto de Lei 7133/2025, de autoria do vereador Tiago Leite Guel (PSD), que altera a porcentagem do valor arrecadado pela loteria. Segundo o texto, 50% do valor arrecadado

será exclusivamente para o Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do Município de Petrópolis (Inpas), 20% para a Secretaria de Saúde, 15% para Secretaria de Educação e 15% para Secretaria de Esporte. A matéria foi aprovada com nove votos sim e segue para sanção ou veto do executivo.

## Exoneração

O prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, exonou Marcelo Fiorini, do Cargo de Direção e Assessoramento Superior de Assessor Especial de Governo. A medida foi publicada no Diário Oficial. Fiorini é conhecido principalmente pela atuação no setor do co-

mércio. Ele já atuou no executivo como Secretário de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico em 2020, durante a gestão de Bernardo Rossi. Ele permanece como Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Petrópolis (Sicomércio).

## Prorrogação contratual

A Prefeitura de Petrópolis poderá firmar contratos e prorrogar os já existentes por 36 meses, depois do decreto de Hingo Hammes, publicado nesta semana. O Projeto de Lei que estabeleceu a ampliação, foi protocolado na Câmara Municipal em regime de urgência, na semana passada, a pe-

dido do executivo. Apesar das críticas dos parlamentares de oposição, a Casa aprovou o requerimento e o texto encaminhado pela prefeitura, que altera o artigo 3º da Lei n.º 7.931 de 24 de janeiro de 2020. A antiga redação, determinava prazo máximo de 24 meses de prorrogação contratual.

## Calamidade financeira é decretada em Petrópolis

Medida foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial

Arquivo TVC

Por Richard Stoltzenburg

O Prefeito Hingo Hammes (PP) decretou em edição extraordinária do Diário Oficial (D.O), Situação de Calamidade Pública Financeira em Petrópolis. A medida foi adotada com base nas dívidas do município com o Hospital Santa Teresa, da inadimplência deixada pela gestão passada, dívidas com fornecedores e prestadores de serviços essenciais e a falta de previsão orçamentária, o déficit do Inpas, entre outras justificativas, e tem validade de 180 dias.

## Suspensão do reajuste de 70%

A fim de amenizar os impactos financeiros sofridos pelo município, o executivo anunciou medidas como:

Suspensão do reajuste salarial de 70% no valor dos salários para prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, aprovado no final de 2024, por 180 dias

Proibição de horas extras por servidores municipais, exceto em áreas essenciais como Saúde, Guarda Municipal, Educação e Defesa Civil

Foi determinado a redução dos eventos e festejos promovidos pelo Município exceto com recursos provenientes de incentivos fiscais ou patrocínios

Redução no valor dos contratos firmados pelo município

Redução do uso de combustíveis e recolhimento dos veículos oficiais e de novos alugueis de veículos

Proibição de viagens e caso



Medida foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial desta quarta

seja indispensável, deve ser autorizada previamente

Inscrição de débitos deixados pela gestão anterior na dívida fundada, com parcelamento das mesmas em 36 meses

Rever o pagamento das comissões (grupos de trabalho) que funcionam no horário do expediente

Autorização para cancelamento das licenças deferidas

O executivo também revogou o Decreto nº 555 de 2023, que dispõe sobre a extinção de cargos vagos na Administração Pública Municipal. O decreto extinguiu 1.323 cargos vagos no município, sendo 931 somente da Secretaria de Educação. O texto também determinava a proibição de concursos municipais e abertura de novas vagas e em casos de recomposição, as contratações seriam realizadas mediante a licitação.

“Logo no nosso segundo dia de mandato, tivemos que pagar uma série de dívidas para restabelecer o serviço de coleta de lixo e limpar ruas de todos os bairros da nossa cidade. E a cada dia que passa descobrimos novos problemas: dívida com o Hospital Santa Teresa e com o CTO, várias despesas que não foram pagas até o fim do ano passado, como férias dos servidores da educação, alugueis, contas de telefonia, água, material de consumo, dívida com Pasesp, parcelamentos, dívida de merenda escolar e com fornecedores, fora todo passivo oculto deixado pela última gestão e um déficit enorme no Inpas. Tudo isso nos deixa um cenário de extrema dificuldade para garantir o pagamento da folha, encargos e serviços essenciais. Por isso, precisamos tomar uma série de medidas duras, mas que servem para

salvar o município desse caos deixado pela antiga gestão”, afirmou o prefeito Hingo Hammes.

## Críticas

Apesar das medidas adotadas, durante a sessão plenária desta quarta-feira (16), na Câmara Municipal, que discutiu o dissídio dos servidores municipais, os parlamentares Léo França (PSB), Professora Livia Miranda (PCdoB) e Júlia Casamasso (PSOL), reforçaram o pedido para a revogação dos reajustes salariais do prefeito, vice-prefeito e secretários e a redução dos cargos comissionais (indicados pelo executivo), tendo em vista que a proposta encaminhada para a Câmara foi de 8%, mas em duas partes, sendo 3% este ano e 5% a partir de 2026, o que gerou descontentamento por parte dos profissionais.

## Câmara dá apoio às movimentações para titulação do Quilombo da Tapera

Por Leandra Lima

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou uma moção de apoio à titulação do Quilombo da Tapera, localizado no Vale do Cuiabá. A região vem buscando a titulação desde 2013. A iniciativa partiu da vereadora Júlia Casamasso (Psol), por meio de encaminhamentos da Comissão de Memória Negra e Trabalhadora da casa.

## História

O território do Tapera surgiu por volta de 1847, em meio à luta dos escravizados alforriados que viviam na fazenda Santo Antônio. Dona Sebastiana Augusta da Silva Correia foi a matriarca do quilombo, após receber as terras de seu antigo senhor, Agostinho Corrêa da Silva Goulão.

Por mais que as terras tenham sido doadas em testamento pelo fazendeiro, um dia após sua morte, seus dois sobrinhos procederam à abertura do inventário e a leitura de seu testamento e quatro anos depois venderam a fazenda a Irineu Evangelista de Souza, intitulado Barão de Mauá. Após um tempo, a fazenda foi arrendada pelo Comendador Francisco José Fialho que adquiriu do Banco do Brasil após a falência de Irineu. Com isso o processo de permanência dos quilombolas nas terras foi difícil.

Apesar das tentativas de extinção do quilombo, os descendentes seguiram mantendo as formas originais. Tempos depois, em 2011, foram obrigados a sair do Tapera em razão do desastre socioambiental que aconteceu na Região Serrana. No entanto reergueram a comunidade novamente e estão prestes a receber



Arquivo pessoal

Iniciativa foi da vereadora Júlia Casamasso, pela Comissão de Memória Negra

a titulação e o reconhecimento que protegerá toda a história.

A parlamentar destaca que o reconhecimento formal do direito fundiário fortalece a identidade coletiva da comunidade, assegura a preservação de seus modos de vida tradicionais e garante a proteção de um patrimônio cultural e ambiental. “A titulação da terra não se resume a um ato administrativo. Mas se configura como um passo essencial na consolidação da dignidade, da memória e da justiça para os descendentes de Sebastiana Augusta da Silva e para todas as gerações que mantiveram viva a chama do Quilombo da Tapera”, disse.

## Etapas

Em 2024, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em parceria com o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência Regional no Rio de Janeiro o “Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)” das terras do Tapera.

O documento reuniu estudos técnicos e informações históricas, antropológicas, cartográficas, fundiárias, agrônômicas, geográficas e socioeconômicas, que permitem identificar os limites do território, visando à titulação coletiva da área em benefício das famílias, constatou que a comunidade da Tapera é composta por 27 famílias e destacou que o território identificado e delimitado possui área de 594,7364 ha e perímetro de 10.744,94 m. Após esta etapa, ainda existem outros trâmites para a região ser definitivamente titulada.

## Prefeitura abre turma da EJA para Comdep

A Prefeitura de Petrópolis abriu nesta quarta-feira (16), inscrições para a nova turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os funcionários da Comdep. O cadastro deve ser feito na sede da Companhia ou pelo telefone (24) 2292-9500 - ramais 9570 ou 9569. As aulas acontecerão na sede da Comdep e serão voltadas para quem deseja concluir o Ensino Fundamental.

A turma será mista, ou seja, composta por alunos em diferentes níveis de escolaridade. Isso permite que cada estudante seja acolhido de acordo com seu estágio de aprendizagem. “A EJA é uma política pública essencial para garantir que ninguém fique para trás. Aprender não tem idade, e esse projeto é uma prova disso”, destacou a secretária de Educação, Ana Carolina Kapler.

Como funciona a EJA A Educação de Jovens e Adultos é organizada em dois segmentos: EJA I – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

- Bloco 1: para quem não pode concluir a Alfabetização, 1ª e 2ª séries (atualmente 1º ao 3º ano).

- Bloco 2: para quem precisa finalizar a antiga 3ª e 4ª séries (4º e 5º ano).

EJA II – Anos Finais do Ensino Fundamental

- Bloco 1: equivalente às antigas 5ª e 6ª séries (6º e 7º ano).

- Bloco 2: para quem quer concluir as antigas 7ª e 8ª séries (8º e 9º ano).